



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 23 | Jul./Dez. de 2020

Vera Lúcia Silva

Doutora em História / PUC-SP
Veralucia.historia@hotmail.com
Vera86historias@gmail.com

SUJEITOS EM CONSTRUÇÃO: os “sócios” do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

RESUMO

Este artigo faz uma discussão acerca de quem eram os trabalhadores que formavam o Serviço de Promoção Humana (SPH), o que queriam, como se articularam nos anos 1960 e 1970 em Camocim para o enfrentamento de seus problemas e como interpretam a experiência vivida naquele período.

Palavras-chave: Trabalhadores. SPH. Camocim.

SUBJECTS UNDER CONSTRUCTION: the “partners” of the Human Promotion Service (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

ABSTRACT

This article discusses who the workers that formed the Serviço de Promoção Humana (SPH) were, what they wanted, how they articulated in the 1960s and 1970s in Camocim to face their problems and how they interpret the experience lived in that period.

Keywords: Workers. SPH. Camocim.

Introdução

Ao longo dos anos 1960 e 1970, o Serviço de Promoção Humana (SPH)¹, desenvolveu diversas atividades de caráter social, inicialmente junta às famílias de pescadores e prostitutas, para enfrentar problemas relacionados ao analfabetismo, à moradia, à falta de alimentos e de assistência básica à saúde, no bairro São Pedro. A partir de 1967 ampliou suas atividades no campo educacional com a transformação das salas de aula em espaços improvisados e com turmas multisseriadas em 2 escolas – Escola Pedro Apóstolo (EPA), no bairro São Pedro, em 1968, e Escola de Promoção Humana (EPH), que reuniu as turmas dos bairros São Francisco e Coqueiros, em 1969 – e com a criação de suas novas escolas, uma no Sítio Tamboril, em 1970, chamada de Escola 21 de Abril, e outra no bairro do Cruzeiro, em 1973, denominada Escola Dona Marieta Cals (EMC).

Tais escolas possibilitaram que os filhos de salineiros, estivadores, agricultores, lavradores, domésticas, lavadeiras, costureiras, pedreiros, carpinteiros, trabalhadores da Rede de Viação Cearense (RVC) tivessem acesso às séries iniciais da educação básica, bem como a entrada de algumas mulheres na carreira do magistério, como Antonilda Gomes da Silva Alves, Maria de Fátima Bento Vasconcelos e Maria de Nazaré Agostinho, que tiveram o seu primeiro emprego como professora nessas escolas².

É sobre quem eram os trabalhadores que compunham essa associação nas décadas de 1960 e 1970 que trata esse artigo. Desse modo, nas linhas que se segue busco, a partir de atas, de fichas de inscrição dos associados, entrevistas e da fala do agricultor Edmilson Lira Oliveira nas comemorações dos 50 anos do SPH, analisar os sujeitos³ que constituíram essa instituição, suas condições de vida e de trabalho, incluindo seus valores, modos de se organizar, de morar e de educar.

¹ Associação fundada em Camocim, no estado do Ceará, a 06 de maio de 1962, pelo então padre Luís Gonzaga Melo, com base nos valores de uma Igreja mais preocupada com as questões sociais de seu tempo.

² Vale ressaltar que, nesse período, o município de Camocim (SILVA, 2015, p. 100; 103 e 225) não dispunha de um sistema de saúde, de estabelecimentos de ensino público e de outras políticas sociais que atendessem à maioria da população. Havia algumas iniciativas isoladas e particulares para alfabetização e preparação para algum trabalho, como da ferrovia, que era direcionada para os filhos de seus funcionários; o Patronato São José – hoje Instituto São José, criado em 19 de março de 1950, com oferta do que na atualidade corresponde ao ensino fundamental, porém, voltado para as filhas de famílias que podiam pagar suas mensalidades; uma escola estadual, o Ginásio Padre Anchieta – posteriormente, denominado Colégio Estadual Padre Anchieta (CEPA), e, hoje, Colégio Estadual Professor Ivan Pereira de Carvalho (CEPI), – da 5ª a 8ª série; e uma escola municipal, o Grupo Escolar José de Barcellos, que atendia turmas de 1ª a 4ª série.

³ Na documentação escrita, esses sujeitos – de diversas categorias, com condições socioeconômicas distintas e com interesses e perspectivas diferentes – aparecem, constantemente, com a nomenclatura de

Quem eram os “sócios” do SPH: sujeitos em construção

A heterogeneidade dos trabalhadores associados ao SPH, qualificados pelos registros escritos como pescador, salineiro, estivador, agricultor, lavrador, doméstica, lavadeira, costureira, pedreiro, carpinteiro, trabalhadores da Rede de Viação Cearense (RVC), estudantes, comerciantes, médicos, agente da malária, dentista, portuários, bancários, pastor, padres, promotor de justiça, juiz, tabelião, capitão dos portos, sargento, além da natureza de seus trabalhos e da forma como eles foram desenvolvidos, os diferenciou das organizações contemporâneas⁴ a ele.

Compartilho do posicionamento de Maria do Pilar Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury ao discutirem que pensar a produção do conhecimento histórico “como aquele que é capaz de apreender essa experiência vivida por sujeitos ativos que problematizaram sua própria existência implica elaborar procedimentos que permitam recuperar essa problematização colocada pelos agentes do passado a partir das questões que o presente coloca ao pesquisador.” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1991, p. 37-38) Assim, na busca para entender quem eram/são⁵ essas pessoas que estavam reunidas em torno do SPH, lanço algumas indagações iniciais.

Quais os interesses de reunir um público tão amplo dentro de uma mesma associação? Se seu objetivo principal era o desenvolvimento integral das populações pobres do município de Camocim, por que agregar médico, juiz, capitão dos portos, pastor, por exemplo? O que significava para os trabalhadores com profissões distintas fazer parte do SPH?

Para se associar era preciso preencher a proposta da instituição e contribuir com uma mensalidade ou com a prestação de serviços. Foi estabelecido, em 1968, que essa

“sócios”. Aqui, optei por usar trabalhadores associados e/ou suas categorias profissionais ao invés de “sócio (s)”, salvo quando me referi à denominação constante nas fontes, na tentativa de identificar melhor os sujeitos com quem estou trabalhando e para não correr o risco de homogeneizá-los.

⁴ Como, por exemplo, a Associação Comercial de Camocim (ACC), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim, Sindicato dos Estivadores do Porto de Camocim (SEPC), fundado em 1919, Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Portuários de Camocim (STSPC) e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Camocim. Além dessas entidades, coexistiam sociedades de cunho religioso e político, como a maçonaria, instalada em Camocim em 1920, pelo italiano João Baptista Gizzi, primeira loja fundada no Ceará; a Sociedade São Vicente de Paula (SSVP), que atua no município desde 16 de outubro 1938; e, mesmo na ilegalidade por causa do Golpe Militar de 1964, o Partido Comunista Brasileiro, o qual esteve também na ilegalidade durante o governo de Getúlio Vargas, em 1947. Essas organizações contemplavam apenas uma categoria de trabalhadores ou o público seguidor de tais religiões e partido. Com exceção da SSVP que, através de suas atividades assistenciais, atingiam um público maior, cedendo, inclusive, sua sede para salas de aula das escolas do SPH.

⁵ A maioria permanece atuando no presente, ainda que em outros espaços sociais e profissionais.

contribuição seria de NCr\$ 0,20, para os associados estudantes; NCr\$ 0,50, para os associados com renda de um salário mínimo; NCr\$ 1,00, para os com dois salários mínimos; e NCr\$ 2,00, para os associados com renda superior a dois salários⁶ (UVA. NEDHIS. SPH, 1969, p, 7)⁷. O acesso aos programas ofertados pela associação era consentido mediante a apresentação do cartão de identificação do associado em dias com a mensalidade.

Conforme o Relatório de Atividades, de 1962-1968:

Qualquer pessoa que, por livre vontade, se inscreva como Sócio fará parte do Serviço de Promoção Humana com todos os direitos e deveres, podendo votar e ser votado para qualquer cargo. No ato da inscrição, é fornecido ao Sócio um cartão de identidade constando de nome e retrato do casal, (quando se trata de casados), endereço e profissão e ainda da relação dos dependentes menores de 14 anos, com a respectiva data de nascimento. Toda pessoa inscrita como Sócio paga uma mensalidade, exceto os que respondem por qualquer setor de atividade. Estes são tidos como sócios-Cooperadores. A contribuição mensal varia de acôrdo com o nível econômico de cada sócio, embora os direitos sejam iguais (*sic*). (*Idem*, p. 7)

O estudo junto às fontes de pesquisa, relatórios e livro de atas, permite afirmar que existiam, pelo menos, três grupos de pessoas, entre 1962 e 1979, que se diferenciavam pelas condições econômicas e/ou pelo que desempenhavam dentro da associação. O primeiro grupo era formado pelos trabalhadores para os quais as atividades foram criadas, constituídos por famílias que vivenciavam problemas comuns relacionados à educação, à moradia, à alimentação, à assistência, à saúde etc. Para ter direito a essas atividades, eles faziam uma contribuição mensal ao SPH, proporcional à sua renda, como indica o relatório citado (UVA. NEDHIS. SPH, 1969).

O segundo era formado pelos trabalhadores que prestavam serviços à instituição, como secretários de escola, professoras, os quais recebiam uma gratificação em dinheiro, como trabalhadores na horta, roçado e padaria comunitários ou os construtores dos núcleos e centros que comporiam o SPH, os quais também ganhavam uma contribuição em alimentos e/ou em dinheiro para o sustento de sua família. Era constituído também por aqueles que integravam as equipes diretoras de cada atividade. Estavam inseridos na categoria de “sócios-cooperadores” e também tinham direito às atividades desenvolvidas na instituição.

⁶ O salário mínimo de 1968 era de NCr\$ 129,60, com base em dados Guia Trabalhista de 1940 a 1999.

⁷ Todos os documentos citados aqui de autoria do Serviço de Promoção Humana (SPH) estão localizados no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), no Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Av. John Sanford, n. 1845, Junco, na cidade de Sobral-CE.

O último grupo era composto por médicos, tabelião, agente do Serviço Social da Indústria (SESI), pastor, presidentes de associações, que contribuíam financeiramente com a prestação de serviços ou por meio de parcerias para o desenvolvimento das atividades do SPH; por isso também eram chamados de “sócios-cooperadores”. Não eram usuários das atividades, mas se associar trazia outras vantagens. No lançamento do livro *Um oásis dos menos favorecidos da sorte: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim/CE, 1962-1979*, de Vera Lúcia Silva e Ana Selma Silva de Aguiar (2014), realizado na Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras (ACCAL), no dia 31 de maio de 2014, o médico José Maria Primo de Carvalho, “sócio colaborador”, que contribuiu com o trabalho de saúde e foi um dos membros da equipe de “Educação e Cultura”⁸, orador oficial e vice-diretor-presidente, em seu discurso, afirmou que o SPH foi um importante canal de comunicação social para ele.

Homem de uma inteligência aguçada e de boa oratória, ressentia-se por não ter um espaço em que pudesse se expressar dentro de Camocim. Eleito orador oficial e vice-presidente do SPH, na eleição para diretoria de 29 de março de 1969 (SPH, 1980, fl.13v-15) – cargos que exerceu até 09 de agosto de 1970, quando pediu afastamento para se candidatar a prefeito de Camocim, nas eleições municipais de 15 de novembro de 1971 –, encontrou dentro da instituição um meio de ser ouvido por parte da população pobre e pela elite local, que participavam das reuniões mensais dos associados, como me referi acima. Seu discurso na sessão comemorativa do dia das crianças, de 12 de outubro de 1969 – no qual lançou uma crítica ao descaso do governo municipal⁹ para com as crianças, que não disponibilizava a elas o acesso à educação e à saúde – mostra o conflito com a administração em exercício, sinalizando também para a sua pretensão de concorrer às eleições municipais em 1971. O secretário José Ferreira dos Santos, ao transcrever seu discurso, também imprime uma crítica à situação vigente:

[...] o Presidente da sessão (Dr. José Maria P. de Carvalho) [...] proferiu uma empolgante saudação à Criança, sobre cuja atual situação fez importantes considerações, inclusive verberou o seu abandono ou desprezo por parte das nossas elites dirigentes que não lhe oferecem meios para o seu desenvolvimento físico e muito menos intelectual, prejudicando por isso mesmo a muitas que poderiam ser Padres, Médicos, Engenheiros, etc. Analisou, de um modo geral, o problema das crianças da zona rural e das pequenas cidades, cujas autoridades responsáveis deixam de oferecer-lhes, caprichosamente, os meios assistenciais condignos, como é o caso desta cidade cuja administração municipal não permite nem favorece ao citado médico, inclusive proibindo a sua entrada nos respectivos postos ou Casa de Saúde, da cidade, ficando a Criança quase como

⁸ Denominação dada pela instituição.

⁹ O prefeito de Camocim dessa época era Setembrino Fontenele Veras, eleito para o pleito de 1967-1971.

que abandonada. Dada felizmente a dedicação do médico-orador a mortandade da criança não aumentou nêstes dois últimos anos, em Camocim, conforme pode evidenciar-se através de Registro de Óbitos, em cartório (*sic*). (*Idem*, fl. 28. Os parênteses são meus)

Esse discurso evidencia também quais os interesses desses associados em contribuir com os trabalhos da entidade. Servia como ponte para eles chegarem à população e conquistarem novos espaços dentro da sociedade, pois o acesso às famílias que o SPH reunia, no caso desse médico, poderia lhes render um bom número de votos, por exemplo.

Outro caso desse terceiro tipo de associado é o tesoureiro da associação – também eleito ao cargo na eleição de 1969 – e agente local do SESI, Josias Teixeira Bezerra¹⁰, que firmou várias parcerias entre essas duas instituições, tendo em vista que, ao apoiar e colaborar para o desenvolvimento dos trabalhos do SPH, também contribuía para o crescimento os trabalhos do SESI na cidade.

O maior número de associados era de estudantes, com uma porcentagem de 20,86% (UVA. NEDHIS. SPH, 1968-1974; 1975-1979) de um total de 925. Esse número não inclui os que também estavam inscritos em uma categoria profissional, como na de doméstica, comerciante ou de professora, e os seus filhos menores de 14 anos, os quais eram seus dependentes. Considerando que um dos fatores que levou esses trabalhadores a se associarem era o direito de matricular seus filhos (seus dependentes) em uma das escolas da entidade, posso afirmar que a quantidade de estudantes era muito superior a essa porcentagem.

Em seguida vinham as domésticas, correspondendo a 20,64% dos associados. Essa porcentagem não considera a de 0,21%, ou seja, de outras domésticas que foram identificadas como salineiras, professora ou costureira. É possível perceber a presença dessas trabalhadoras nos clubes de mães e também nas experiências com a horta comunitária, cultivada por mulheres; ajudando no plantio do roçado comunitário e na construção dos núcleos e centros. A entrevista do professor Benedito Genésio Ferreira com o mestre de obras do Centro Comunitário São Francisco (CCSF), Francisco Tiago Filho, conhecido como Fransquim Tiago, aponta para a participação dessas domésticas na confecção dos tijolos:

¹⁰ Também foi eleito vice-diretor-presidente na eleição de 04 de março de 1972 e em 09 de janeiro de 1974 assumiu a presidência em razão da renúncia do diretor-presidente, Walder Ribeiro Costa.

Professor Benedito: – [...] você poderia... dizer pra nós quais foram as pessoas que mais se envolveram, assim, mais participaram da construção do prédio?

Fransquim Tiago: – Mais se envolveram ali foi os pobres que ajudaram fazer tijolo. Os tijolos foi feito todo por ajuda do povo... Era os meninos que trabalhavam lá nos tijolos, era mué [mulher], moça que trabalhava, tudo, ajudando fazer o prédio, né? Era os homens... O pessoal tudo tinha o interesse de trabalhar porque ia servir pro povo mermo [mesmo], ia pro povo..., pros pais de família, ia servir pros pais de família, viu? Então, se o prédio foi feito todo assim, né? Todo! E ajudava os pais de família... O pai de família ajudava pro seu filho [...]. (THIAGO FILHO, 2012)

Os integrantes do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT) também registraram a participação delas nos trabalhos de construção de sua sede na ata de 1978: “[...] os homens fazem os tijolos e as mulheres preparam os tijolos para queimar. Pra ficar todos os sócios trabalhando.” (UVA. NEDHIS. SPH, 1978, fl. 4v)¹¹ Além de ajudarem no desenvolvimento dos trabalhos dirigidos a elas e a seus dependentes, essas domésticas – inseridas dentro de uma cultura machista na qual eram as responsáveis por cuidar da casa (da limpeza à preparação de alimentos), dos filhos e do marido – contribuíam também com o sustento da casa, quando ajudavam os homens no preparo do roçado, na criação de animais, ou quando exerciam atividades de costura, confecção de redes de tucum, bordados, ou lavando roupa para outras famílias em troca de alimentos ou de dinheiro. Por conta disso, entre elas, encontramos algumas definidas também como costureira, agricultora, pescadora, lavadeira, professora ou estudante.

Entre essas mulheres está a doméstica Isabel Gabriel dos Santos, que trabalhou na horta comunitária. Quando indaguei seu filho Zenildo Gonçalves dos Santos sobre o trabalho que ela desenvolvia, contou-me que “a mãe era doméstica, não é? Lavava roupa, torrava café, né, para o sustento da família, ela não tinha emprego, não é? Uma mulher analfabeta, né, que não tinha instrução [...]” (SANTOS, 2012), mas que, segundo a sua interpretação, dentro das limitações e pressões sociais, dava um jeito de contribuir com a renda familiar.

Essa realidade não mudou muito nos últimos anos, principalmente na zona rural e nas cidades pequenas, onde as mulheres, apesar de terem conquistado o direito de trabalhar fora do lar, assumindo novas profissões, continuam exercendo as mesmas funções em casa. A participação delas no SPH, não só as domésticas, mas também as professoras, as estudantes do “Nosso Lar”, agricultoras, lavadeiras – mulheres domésticas que lavavam roupas para outras famílias em troca de um pagamento em

¹¹ Este livro de atas se encontra muito deteriorado, dando para ler pouca coisa a respeito do que era tratado nas reuniões.

dinheiro ou em produtos alimentícios –, artesãs, salineiras, demonstra a sua importância na luta diária pelo sustento de sua família.

É possível perceber através das fichas de inscrição dos associados ao SPH que outros trabalhadores, além de parte das domésticas, exerciam mais de uma profissão, sugerindo que o salário ganho em um ofício não era suficiente para suprir suas necessidades básicas, sendo compelidos a realizar outro trabalho para o complemento de sua renda, como o caso dos que eram, simultaneamente, pedreiro e portuário, professor e agricultor, lavrador e vaqueiro.

Em seguida à porcentagem das domésticas vinha a de agricultores (10,05%). Ela permite visualizar a atuação do SPH para além dos limites da cidade, articulando-se junto aos trabalhadores rurais para desenvolver uma nova maneira de cultivar roçados, através do trabalho em mutirão.

Apesar do porto de Camocim, no período contemplado pelos dois livros de sócios (1968-1979), já ter entrado em decadência, observa-se um número significativo de trabalhadores vinculados ao SPH que trabalhavam no mar e/ou beira-mar, como salineiros (40), portuários (27), marítimos (12), estivadores (10), aproximando-se, no total, a 9,62%. A quantidade de pescadores, os quais não dependiam do porto para funcionar, também é elevada: 67 (7,24%) do total do número de 925 associados (UVA. NEDHIS. SPH, 1968-1974; 1975-1979).

Outro ponto que me chama atenção nessa relação de associados é a presença de aposentados¹², que, ao todo, representavam 2,27%. Articulando esse dado com as informações das fichas de inscrição, constatei que o salário¹³ de aposentado não dava para todas as despesas da família, como são os casos 1) do aposentado por invalidez da RVC Manoel Carneiro Frota, que recebia NCr\$ 466,00, tinha dez filhos, dentre os quais, seis eram menores de 14 anos, e um com saúde regular, apontado para a necessidade de utilizar os trabalhos de educação, saúde e, provavelmente, de alimentação (UVA. NEDHIS. SPH, 1969); 2) do aposentado pelas obras do Porto e Canais Francisco Alves, com um salário de NCr\$ 250,00, que tinha três filhos, todos em idade escolar, e cuja esposa não tinha renda (UVA. NEDHIS. SPH, 1970); e 3) do portuário aposentado Francisco Basílio Cardoso, que recebia NCr\$ 69,00, com nove

¹² Vinte e um entre os aposentados da RVC, do INPS (hoje, INSS), do porto, da marinha, da alfândega, do Estado e do DAER.

¹³ Considerando o ano em que foi informado o valor de seus salários, a partir da data de admissão ao SPH, o salário mínimo em 1968 correspondia a NCr\$ 129,60; em 1969, a NCr\$ 156,00; e em 1970, a NCr\$ 187,00. (GUIA TRABALHISTA, 1940-1999).

filhos, dentre os quais, em 1968, ano em que se associou, quatro eram dependentes e cinco tinham saúde regular, e a esposa, com uma renda de NCr\$ 15,00, também não gozava de boa saúde (UVA. NEDHIS. SPH, 1968).

Destaco ainda a quantidade de trabalhadores associados ao SPH que trabalhavam na Campanha de Erradicação da Malária (CEM), identificados nos livros como “agente”, “guarda da malária”, “inspetores”, “malaristas”, “funcionários do CEM”, 19 pessoas no total (2,05%) – sem incluir o médico José Maria Primo de Carvalho, que veio a Camocim trabalhar nessa campanha e que está registrado na categoria de médico – por sua ligação com o trabalho de saúde e higiene organizado pelo SPH. Atribuo essa variedade de nomes para denominar esses associados à possibilidade de a inscrição dos trabalhadores ter sido realizada por pessoas diferentes, como sugerem as diversas caligrafias existentes nos dois livros.

Os percentuais menores (0,32%, 0,21% e 0,10%), correspondendo, respectivamente, a 7, 10 e 41 associados com categorias distintas, tornam evidente a heterogeneidade de pessoas que compunham o SPH. Relacionando esses números às áreas de atividades e ao objetivo principal da instituição, constante em seus estatutos, concluí que a reunião deles para formar o SPH foi possível pelo interesse comum da maioria dos associados em torno das questões que envolviam educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho, lazer e condições de enterrar seus mortos segundo a tradição cristã.

É importante ressaltar que esses números só incluíam os trabalhadores contribuintes, não levavam em consideração o cônjuge, quando casado, e os filhos, seus dependentes – os nomes destes só aparecem nas fichas de inscrição e no cartão de identificação. Contudo, seu/sua esposo/a e os filhos menores de 14 anos tinham os mesmos direitos de acesso aos trabalhos de educação, saúde, jurídicos, entre outros organizados pelo SPH, que o/a trabalhador/a contribuinte. Ou seja, os programas desenvolvidos no SPH voltavam-se para a família, e não apenas para o/a trabalhador/a contribuinte ou colaborador/a.

As fichas de inscrição dos associados (1968-1974) foram criadas com a finalidade de ajudar no planejamento da instituição. Hoje são fontes importantes para entender quem eram esses associados, suas condições de vida e como era a cidade na época. Fazendo um cruzamento delas com as atas das reuniões e relatórios de atividades correspondentes ao mesmo período, constatei que foram elaboradas a partir das atividades que a instituição oferecia a seus associados e familiares, como educação,

jurídico, saúde, habitação. Ao trazer dados sobre a situação salarial das famílias, visavam contribuir para a organização de trabalhos assistenciais e para o desenvolvimento de atividades que gerassem alguma renda, como na padaria, na horta, nos roçados e na construção dos núcleos e centros, pois as famílias que ajudavam nos mutirões comunitários, além de receber uma ajuda em alimentos, recebiam uma gratificação em dinheiro.

As fichas eram feitas no ato da associação dos interessados. Traziam, no cabeçalho, o nome, a data de nascimento, o endereço e o dia da admissão do trabalhador, e eram divididas em cinco itens alfabéticos. O item “A” correspondia à situação sócio-jurídica, informando se o associado era solteiro, casado (civil e/ou eclesiástico), separado, desquitado, amigado ou viúvo¹⁴; se pertencia a alguma associação e quais os documentos de identificação pessoal que possuía. Observei que entre 1968 e 1974 o índice de separação, de desquitado e de amasiado, era reduzido e, se comparado com o dos dias atuais, quase nulo. Dentro de uma sociedade temente a Deus e cristã, o motivo disso pode estar associado ao fato de que o divórcio era considerado pela Igreja Católica um “pecado”.

Ainda nesse item, no quesito “sociedade a que pertence”, é possível acompanhar que a maioria dos trabalhadores pertencia, além do SPH, a uma, duas, três ou até quatro organizações, que eram, geralmente, ligadas à profissão que exerciam, à religião ou a atividades recreativas¹⁵. Ser vinculado a um sindicato ou a outras associações de trabalhadores sugere que eles estavam se articulando na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Agregar pessoas de outras religiões, como a doméstica Iracema Barros dos Santos (UVA. NEDHIS. SPH, 1968), que pertencia à União Espírita Cearense

¹⁴ Não existia estatuto do divórcio.

¹⁵ Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Camocim, INPS (hoje INSS), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Camocim, Sindicato dos Portuários de Camocim, Sindicato dos Marítimos, Sindicatos dos Pescadores do Estado do Ceará, Sindicato dos Pequenos Agricultores, Sindicato dos Estivadores, Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transporte Marítimo, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Colônia dos Pescadores, Cooperativa do Brasil do Brasil em Fortaleza, Sociedade São Vicente de Paula, Sociedade Paulista de Beneficência, Sociedade Beneficente dos Ferrovários, Sociedade dos Funcionários Públicos do Estado do Acre, Sul-América Equitativa, Centro Médico Cearense, SESI, União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Camocim (CTCC), União Espírita Cearense de Umbanda, Assembleia de Deus de Camocim, Centro Social Evangélico de Camocim (CSEC), Balneário Sport Club de Camocim, Cruzeiro Sport Clube, Rede de Viação Cearense (RVC), Associação dos Retalistas, Associação dos Marceiros, Associação Civil dos Servidores Públicos, Associação dos ex-combatentes do Brasil, Associação dos Chauffeurs do Ceará (ACC), Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, Centros dos Cirurgiões Dentistas do Ceará, Fundo Rural, Conselho Comunitário de Camocim.

de Umbanda, e a doméstica e professora Maria de Nazaré Agostinho (UVA. NEDHIS. SPH, 1968), do Centro Social Evangélico de Camocim, sinaliza para uma abertura da Igreja à questão ecumênica, e que parte das pessoas que constituíam o SPH transitava por distintas organizações sociais, como é o caso também do agricultor Edmilson Lira Oliveira, que atuou no SPH, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Dia do Senhor e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim. Suas palavras, proferidas na abertura das comemorações dos 50 anos do SPH, em 30 de abril de 2012¹⁶, no NPT, afirmam:

[...] participei, né, de Norte a Sul desse país, né, dos movimentos. E só tenho a agradecer a parcela de informação, de contribuição do SPH que, juntamente com as outras, não é, me somou o resultado de uma vida cheia, realmente, de realizações no campo da organização, não é, e da conquista dos direitos, principalmente, do homem do campo. [...] aonde eu adquiri experiências... Durante 15 anos conduzir uma instituição que cresceu, né, e hoje é bastante... tem elogios e tem trabalho prestado na sociedade camocinense, que é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (OLIVEIRA, 2012a)

Ao informar sobre seus direitos, por meio de discussões, de cursos de alfabetização, dos encontros comunitários, esses movimentos geraram possibilidades para que os agricultores lutassem por melhores condições de vida no campo. A participação em diversas organizações influenciou, direta ou indiretamente, na formação de quem é Edmilson Lira Oliveira hoje e na sua visão de mundo, focada na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

A sua trajetória dentro desses movimentos, principalmente nas CEBs, põe em evidência as dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentavam na luta por seus direitos, nos anos de governo militar. Segundo ele, “[...] as CEBs, [...] devido à ditadura, não podia falar abertamente, né? E a gente ia assim, como diz a história, um pouco... por debaixo dos panos, [...] não teve muita força.” (OLIVEIRA, 2012b) Neste sentido, diz: “Nós... nos engajamos..., muitas vezes, a gente levava um trabalho que era considerado clandestino para... o governo, mas que contribuiu bastante, bastante. Por quê?” (*Idem*) Ao passo que esses homens comuns eram perseguidos, eles tinham consciência de que os esforços empenhados na luta pela Reforma Agrária e pela justiça social no campo valeriam os riscos.

¹⁶ Semana de comemoração aos 50 anos de fundação do SPH, realizada de 30 de abril a 06 de maio de 2012 nos vários locais onde houve atividades, como no sítio Tamboril, bairro do Cruzeiro, de São Francisco e de São Pedro. O evento foi filmado por mim e por Francisco Jander dos Santos – contratado pela diretoria do SPH – com o objetivo de registrar as memórias dos trabalhadores sobre suas experiências na entidade.

As reuniões, os planejamentos, os cursos de formação, tanto do Movimento de Educação de Base (MEB), do Dia do Senhor como das CEBs, na Diocese de Sobral, dos quais participou, muitas vezes, eram feitos às escondidas, como afirmado acima, por conta da repressão da ditadura. Sobre um dos encontros realizados nesse período, Edmilson conta que:

[...] a gente fazia as coisas, assim, até um pouco, não é, às escondidas. Eu, eu lembro... dum caso das CEBs, o... Albanir tava numa reunião na Meruoca. [...] Aí, quando alguém ligou pra a polícia de Sobral, naquela época, dizendo que tinha lá um grupinho, não é, conversando besteira, o grupo das CEBs, imediatamente, é, alguém, também, que apoiava as CEBs tomou conhecimento e ligou pro Albanir, e eles fecharam imediatamente as portas do convento de Meruoca e se esconderam. A polícia chegou, rondou, rondou, mas não encontrou mais ninguém. Aí perguntaram: “aquele pessoal que estava reunido aqui?”. “O pessoal daí foram embora.” “Será que eles não vão voltar, não?”. “Não disseram, não”. E eles, com as portas fechadas, dentro do convento. Não foram capturados, né? Mas a repressão era... daquela época... e a gente não podia falar, assim, diretamente, abertamente, né, os objetivos. Então, eu acredito que houve interferência¹⁷. (*Idem*)

A sabedoria do homem comum, com baixo nível de escolarização, para encontrar formas de burlar o poder vigente; as invenções de diversas práticas para (sobre)viver e lutar por melhorias no campo são demonstrativos de sua politização e conscientização de seus problemas socioeconômicos. Os modos de fazer de agricultores como Edmilson,

¹⁷ Tal fato é rememorado por muitos agricultores, como Manuel Zenóbio Vasconcelos, que participaram do Movimento do Dia do Senhor, evidenciando o clima de repressão em que se desenvolviam os trabalhos de base na diocese de Sobral. Para aprofundamento desses episódios, ler Viviane Prado Bezerra (2008, p. 125-126). “Se havia perseguição na cidade, nas comunidades não era diferente. Numa noite em que toda a equipe discutia o planejamento do trabalho de base, apareceram de surpresa ‘três pessoas estranhas’. Aparentemente afáveis, aproximavam-se do grupo para colher informações, causando pronta reação da equipe no sentido de proteger o grupo da interferência dos ‘visitantes’. Ali se tomava consciência da materialidade do aparelho de repressão. Era gente da Polícia Federal, ‘era o que a gente chamava de SNI’, com seus gravadores escondidos nas bolsas e a disposição de vigiar e dismantelar os grupos que realizavam trabalho de educação popular no Nordeste do Brasil.” A autora faz uma reflexão acerca da fala de Manuel Zenóbio Vasconcelos, em uma entrevista que realizou em 26 de outubro de 2004: “Era um treinamento porque a gente chamava de treinamento, mas na verdade era um planejamento. E uma determinada noite, apareceu lá na Serra da Meruoca, nós estávamos todos no CETRESO, na capela onde existiam as reuniões, conversando e fazendo o planejamento das escolas. E apareceram três pessoas estranhas. [...] Eles entraram assim de uma vez no salão, onde a gente estava reunido, planejando e [...] queriam conversar com as pessoas, eles eram pessoas muito educadas, muito extrovertidas, bem falantes e queriam falar conosco, que eram exatamente os monitores que tinham vindo das comunidades rurais... E aí a equipe do MEB, que estava lá presente tomou a palavra [...] e que naquele momento não desse oportunidade pra eles conversarem com todo mundo porque estávamos naquele treinamento e preferiram que eles conversassem com eles, que eles eram os professores que estavam ali para orientar e planejar juntamente com os alfabetizadores... E eles insistiram muito para conversar com a gente e a gente notou que eles andavam, as mulheres, a bolsa delas era aberta e dentro tinha um aparelho que poderia ser um gravador [...] e aí pediram (a equipe) pra gente cancelar todo o estudo. No dia seguinte foi que eles contaram que as pessoas queriam exatamente conversar, ter informações do que a gente estava fazendo ali, naquele encontro. E, para nós, foi assim uma surpresa muito grande porque... e eles explicavam que estava havendo assim um movimento de repressão do Governo [...] Mas essas pessoas, depois a gente descobriu, eram da Polícia Federal, eram o que a gente chamava de SNI [...]”

para fugirem da perseguição, vigilância e/ou repressão da polícia¹⁸, colocam esses sujeitos como protagonistas de suas histórias e os põem no controle da situação, mesmo enfrentando forças muito maiores. Também mostram o grau de unidade e solidariedade que existia entre eles ao se passarem por ignorantes diante do ocorrido e não prestarem informações aos agentes da repressão sobre o grupo de pessoas que estava reunido no Centro de Treinamento da Diocese de Sobral (CETRESO).

O item “B” da ficha de inscrição refere-se à situação familiar. Verifiquei que a taxa de natalidade era elevada. Um número considerável de famílias tinha até onze filhos. Quanto à escolaridade, também presente neste item, averigui que a quantidade de analfabetos era superior ao número de letrados. O que era é de se esperar, considerando que a população de Camocim, em 1960, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 23.987 habitantes e, desses, apenas 6.979 sabiam ler e escrever e 2.426 estudavam¹⁹; em 1970, era de 29.197 de habitantes, dentre os quais, 24.260 eram analfabetos²⁰.

O próximo item da ficha de inscrição trata da questão financeira, trazendo dados sobre a profissão, o salário, o local de trabalho, a renda do associado e do cônjuge, permitindo-me concluir que grande parte das famílias vivia com menos de um salário mínimo da época²¹.

Por Camocim ser uma cidade litorânea, as profissões de pescador, salineiro e portuário estão entre as que apresentaram maiores porcentagens. Também pude encontrar uma representação significativa de agricultores, comerciantes, pedreiros, carpiteiros, costureiras. Por sua vez, a grande porcentagem de domésticas revela que grande parte dos associados era do sexo feminino, 20, 64%, isso sem somar as mulheres que exerciam outras profissões.

Percebi também que a maioria dos ofícios dos associados era de baixa remuneração, embora verificasse a existência de alguns dentistas, médicos e bancários.

¹⁸ Durante a ditadura, as organizações de esquerda – como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas, Partido Comunista Brasileiro, Partido Operário Comunista, Ação Popular, União Nacional dos Estudantes (UNE), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) –, em todo o Brasil, tinham dificuldade de chegar até suas bases, devido à repressão. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a desarticulação de algumas delas.

¹⁹ Valores com base no item “Pessoas de 5 anos e mais por grupo de idade com discriminação das alfabetizadas e das que estudam segundo as zonas fisiográficas e os municípios.” (IBGE, 1960).

²⁰ Valores com base no item “Anos de estudo das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo as microrregiões e os municípios” do Censo Demográfico do Ceará de 1970 (IBGE, 1970).

²¹ Que correspondia, em 1968, a NCr\$ 129,60; em 1969, a NCr\$ 156,00; em 1970, a NCr\$ 187,00; em 1971, a Cr\$ 225,60; em 1972, a Cr\$ 268,80 e, em 1973 a Cr\$ 312,00. (GUIA TRABALHISTA, 1940-1999).

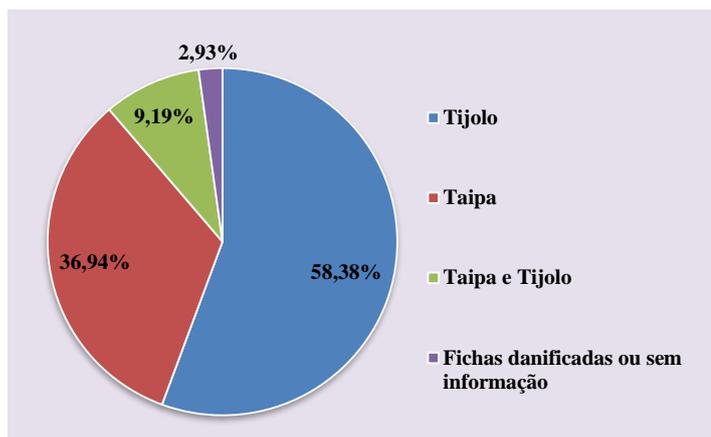
No que diz respeito ao local de trabalho, muitos se concentravam na zona costeira (pescadores, salineiros e portuários), enquanto a maioria dos comerciantes labutava no mercado público.

O item “D” analisa a situação sanitária: saúde do associado e do cônjuge e a quantidade e idade de filhos falecidos. As fichas informam que a maioria se encontrava com um estado de saúde “regular” ou “boa”, embora demonstrem um alto índice de mortalidade infantil, fato que indicava a falta de assistência à saúde por parte dos órgãos públicos. Encontrei casos em que o(a)s associado(a)s perdeu(eram) todos os filhos, como o de Francisca Erotildes Aragão (UVA. NEDHIS. SPH, 1971), que teve três filhos que faleceram com menos de sete meses; de Maria dos Anjos Monteiro (SPH, 1968), cujos cinco filhos faleceram com uma idade entre nove meses e quatro anos; de João Francisco do Nascimento (UVA. NEDHIS. SPH, 1968), que teve dez filhos, os quais morreram com menos de três anos de idade; de Raimundo Carlos dos Santos (UVA. NEDHIS. SPH, 1968), que também teve cinco filhos e todos morreram com menos de dois anos; e de Abrão Francisco das Chagas (UVA. NEDHIS. SPH, 1968), que teve nove filhos que faleceram com menos de 12 anos. Embora nas fichas houvesse um espaço para registrar a causa das mortes, só duas, entre esses casos citados, informam o motivo do óbito: nas de João Francisco do Nascimento e Raimundo Carlos dos Santos, declarando que foi “Doença de criança” – diarreia provocada pela contaminação das águas após as primeiras chuvas do ano. Causa que a ponta para a falta de tratamento das águas.

O item “E” fazia um levantamento da questão habitacional. A maior parte dos associados vivia em casa própria, embora demonstrando um número expressivo que morava em casas alugadas e cedidas. Cabe salientar, neste momento, a importância da Vila Operária, construída pelo SPH e pelos trabalhadores que passariam a morar ali, na contribuição da conquista da casa própria. Outro elemento que deve ser ressaltado é a alta porcentagem de pessoas que viviam em casas de taipa, 32,79%, de acordo com o gráfico 1, abaixo, em oposição ao modelo arquitetônico de alvenaria das famílias com melhores condições econômicas.

Gráficos 1: Situação Habitacional – Construção²²

²² Gráfico elaborado com base nos dados das fichas de inscrição dos associados, de 1968-1974. Em minha monografia de conclusão de curso (SILVA, 2011, p.51-52), fiz um gráfico semelhante, mas que considerava as fichas de 1968-1972, porque o recorte temporal final de minha pesquisa era 1972.



Fonte: UVA. NEDHIS. SPH. Fichas de inscrição dos associados. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

A cobertura das casas era, de quase todas, de telha artesanal, sendo pequena a porcentagem de teto de palhas e nenhum de folha. O piso de ladrilho se destaca como característico das construções da época. No entanto, observei que, logo em seguida, vem o percentual piso de “chão”, evidenciando, assim, mais uma vez, a situação econômica de parte significativa dos associados.

O número de repartições era, no mínimo, duas e, no máximo, oito. A água para o consumo era, na maioria dos casos, tirada de poços que eram definidos como próprios ou conjugados; e geralmente não era filtrada, uma que a quantidade de associados que possuía filtro em casa era reduzida, o que colocava em risco a saúde; somado a isso se verifica a falta de saneamento básico, fator que aumentava a mortalidade infantil. Além de indicar as condições em que viviam essas pessoas, os dados ajudam a definir Camocim no final da década de 1960 e início de 1970, questionando a prosperidade do Porto e da Estação Ferroviária, que ficou materializada na historiografia local.

A essa época, a eletricidade ainda não cobria todo o município, o que justifica a maioria das casas serem iluminadas a querosene. Esse item também coloca que poucas famílias tinham cama, quase a totalidade dos trabalhadores que compunha o SPH dormia em rede²³, pois o custo era menor, e por ser um costume nas regiões de altas temperaturas do Nordeste. O fogão quase sempre era a lenha ou a carvão, causando, muitas vezes, problemas respiratórios, principalmente nas crianças. O rádio, quando o associado possuía um, funcionava à pilha. Algumas donas de casa tinham máquina de costura.

²³ Feitas com tecidos de algodão.

As fichas continham ainda, no final, um espaço reservado para observações, em que se registravam informações não contempladas nos itens. Na ficha do comerciante Cícero Fernandes da Rocha e da doméstica Maria da Conceição Moraes ” (UVA. NEDHIS. SPH, 1968), sua esposa, por exemplo, registra-seque “Os sócios não são casados no civil, no entanto, têm dois filhos registrados” e o “nº. de inscrição em: 1968 – 03, 1970/71 – 184, 1972 – 61.

Embora elas deem conta apenas dos associados de 1968-1974, durante esse período, foram atualizadas anualmente. Prova disso é o item “situação jurídica” dos dependentes dos associados, que aparece sempre com a condição de “registrado”, sugerindo que o SPH, em parceria com o SESI, já tinha regularizado sua situação perante o cartório. Outra evidência dessa atualização foi encontrada na parte referente às “observações”, onde também eram anotadas as alterações do número de inscrição nos anos subsequentes à associação, como exemplifiquei acima. Essa atualização era necessária, entre outros pontos, para fazer um levantamento da demanda de alunos que cursariam, no ano seguinte, cada série, facilitando, assim, o planejamento das escolas.

Diante do que foi discutindo, pude perceber que o SPH reuniu, em torno de si, diversas categorias de trabalhadores, as quais tiveram participação diferenciada nas atividades realizadas. Ele foi se articulando a outras organizações para conseguir apoio financeiro e técnico. Estes recursos, por vezes, foram empregados de forma diferente das finalidades originais das instituições doadoras, ou seja, foram ganhando novos fins na dinâmica da ação prática dos trabalhos. A forma como o SPH desenvolveu esses trabalhos foi interferindo na realidade social dos trabalhadores, modificando hábitos, costumes, modos de se organizar e de trabalhar.

Referências

BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

GUIA TRABALHISTA. Tabela dos valores nominais do salário mínimo período – 1940 a 1999. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em: 20jun. 2014.

OLIVEIRA, Edmilson Lira. Pronunciamento nas comemorações dos 50 anos do SPH. Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), Sítio Tamboril, 30 abr. 2012a.

OLIVEIRA, Edmilson Lira Oliveira. Camocim-CE, 30 abr. 2012b. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

SANTOS, Zenildo Gonçalves dos Santos. Camocim-CE, 04 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e Vera Lúcia Silva.

SILVA, Vera Lúcia. **“Um oásis dos menos favorecidos da sorte”**: A experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE (1967-1972). 2011. 135 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Ceará, Sobral-CE, 2011.

_____. AGUIAR, Ana Selma Silva de. **“Um oásis dos menos favorecidos da sorte”**: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979. EGUS: Sobral, 2014.

_____. **Mobilização, educação e memória**: o Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim-CE, 1962-1979. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16507/1/MobilizacaoEducacaoMemoria.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

THIAGO FILHO, Francisco. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). NÚCLEO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA (NEDHIS). SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA (SPH). **Ata de 19 de agosto de 1978**. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

UVA. NEDHIS. SPH. **Ficha de Inscrição, nº 008, da doméstica Maria dos Anjos Monteiro**, admitida a 05 de junho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 25 da doméstica e professora Maria de Nazaré Agostinho**, admitida a 03 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 032, do portuário aposentado Francisco Basílio Cardoso**, admitido a 08 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 061, do comerciante Cícero Fernandes Moraes**, admitida a 26 de abril de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 127, da doméstica Iracema Barros dos Santos**, admitida a 04 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 199, do pescador Abrão Francisco das Chagas**, admitido a 31 de julho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 249, do salineiro João Francisco do Nascimento**, admitido a 10 de julho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 836, do pescador Raimundo Carlos dos Santos**, admitido a 10 de junho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 135, do aposentado pela RVC Manoel Carneiro Frota**, admitido a 20 de fevereiro de 1969. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 121, do aposentado pelas obras do Porto e Canais Francisco Alves**, admitido a 17 de outubro de 1970. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Ficha de Inscrição, nº 022, da doméstica, costureira e crochezeira Francisca Erotildes Aragão**, admitida a 18 de dezembro de 1971. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

_____. **Livro de Sócios de 1968-1974 e Livro de Sócios 1975-1979**. Pasta S3 – Livros de sócios.

_____. **Livro de Atas: 1968 -1980**. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

_____. **Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968**. Pasta V – Relatórios. 1969.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Vera Lúcia Silva

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa FAPESP, sob o Processo no 2017/10309-0. Coordenadora de Ciências Humanas da Secretaria Municipal de Educação de Coreaú.
